

Estados Unidos aceitam proposta de negociação

Baker libera credores para que façam acordo com Brasil e Bresser promete que vai ao FMI

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Washington — O secretário norte-americano do Tesouro, James Baker III, praticamente deu ontem ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, o sinal verde para que os bancos credores aceitem renegociar a dívida externa brasileira sem a exigência de um acordo preliminar com o Fundo Monetário Internacional, ao prometer que o governo dos Estados Unidos não vai se opor à proposta feita pelo Brasil na última sexta-feira.

A informação foi dada pelo próprio ministro da Fazenda, ao anunciar também sua intenção de realmente vir a fazer um acordo com o FMI após o acerto com os bancos, para obter a rolagem dos débitos e novos créditos dos bancos oficiais que integram o Clube de Paris e, eventualmente, dos bancos japoneses. Ele admitiu que os dois acordos entrem em vigor ao mesmo tempo, desde que não haja vinculação formal.

O acerto com Baker ocorreu durante o almoço dos ministros que integram o Comitê Interino, na presença também de representantes de outros países credores que até então estavam em dúvida sobre a oportunidade ou não de aceitar a proposta brasileira de renegociação com os bancos privados sem vínculo com um acordo com o FMI. O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, ficou contente com a solução por estar interessado no acordo a posteriori.

O principal problema do futuro acordo com o FMI,

segundo Bresser, não será a questão do ajuste com crescimento econômico, já que este é também o atual discurso de Camdessus, mas sim o entendimento sobre as metas de redução do déficit público. Seria um acordo nos moldes tradicionais, baseado no acesso a empréstimos do Fundo a taxas favorecidas, com a deferência que o programa de ajuste seria apresentado pelo Brasil e não pela instituição.

“O essencial é não haver vinculação” — declarou, explicando que o seu argumento junto aos credores e ao governo americano é que o Brasil não está pedindo dinheiro novo aos bancos, mas apenas o refinanciamento de juros ao lado da conversão parcial da dívida em títulos. “Logo, não há porque se exigir para isso que o País cumpra as condições de um acordo com o FMI”. Se aceitasse a vinculação, os bancos suspenderiam o refinanciamento a cada vez que o Brasil não cumprisse alguma meta do FMI.

Com relação à securitização (conversão da dívida em títulos), Bresser não sabe se também haveria da parte dos bancos exigência para um acordo preliminar com o FMI. “De qualquer forma, o acordo vai ajudar também na securitização”, afirmou. Já os 16 países industrializados que integram o Clube de Paris informaram que realmente não abrem mão do acordo com o FMI para voltarem a autorizar seus bancos a dar novos financiamentos ao Brasil, além de rolar o que está atrasado.

Os japoneses também informaram ao Governo bra-

sileiro que o acesso a seus créditos só poderá ocorrer após o acerto com o FMI. “Tudo bem” — disse Bresser, ao receber esta comunicação. Com relação ao problema dos bancos japoneses diante da suspensão dos pagamentos de juros pelo Brasil, Bresser disse esperar que eles levem em conta a retomada das negociações com o Comitê de Assessoramento e não considerem os atrasos como prejuízos nos balanços bancários no próximo dia 30.

“Se não levarem isso em conta, não há nada mais que possamos fazer, inclusive por uma questão de falta de prazo” — observou o ministro, lembrando que este problema praticamente só existe com o Banco de Tóquio. Com o Clube de Paris, segundo informações de técnicos do Governo, o Brasil deve 500 milhões de dólares referentes ao primeiro semestre, relativos ao acordo do ex-ministro Dilson Funaro que não foi cumprido, além de outro tanto que vence este semestre.

O problema que impediu o cumprimento das promessas com o Clube de Paris foi a falta de relatório do FMI sobre a economia brasileira no final do primeiro semestre. O relatório foi atrasado a pedido do Brasil para levar em conta os efeitos do Plano Bresser. O ministro disse que o relatório, que acabou saindo há poucas semanas mas ainda está sob sigilo, não é desfavorável embora seja um tanto quanto “frio”.

Bresser disse ao diretor-gerente do FMI e a banqueiros que não se opõe a que se enviem ao Brasil tantas missões quantas

quiserem, para avaliar a economia. “O Brasil está permanentemente aberto a estas avaliações, mas quero que depois tornem as conclusões públicas, pois estamos fazendo uma política totalmente transparente e não tem sentido esse segredo todo” — desabafou, prometendo falar com Michel Camdessus para ver se é possível tornar pública a avaliação recente sobre o Brasil.

O ministro disse também que após o acerto com James Baker, durante o almoço, o diretor-gerente do FMI “estava encantado”, por ter visto a possibilidade de ter o Brasil “de volta ao Fundo”. Nesta segunda-feira Bresser terá uma audiência com o secretário do Tesouro, quando deverá tratar de reforçar o acerto quanto à “neutralidade” do governo americano na questão da negociação com os bancos privados sem passar antes pelo FMI. Baker não pode obrigar os bancos a aceitarem a renegociação, mas poderia vetar a renegociação sem o FMI.

O entendimento com o secretário começou quando ele mencionou suas “dificuldades políticas” para aumentar a colocação de dinheiro dos Estados Unidos no FMI e no Banco Mundial, como pretendem os países em desenvolvimento. “Ai eu disse a ele que, assim como seu governo enfrentava dificuldades políticas, eu também enfrentava o mesmo tipo de dificuldade no Brasil para fazer um acordo com o FMI antes do acerto com os bancos” — contou depois o ministro da Fazenda, antes de dar uma das suas já conhecidas risadas.